



Tratores em uma plantação de cana de açúcar ocupam terras indígenas dos Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul. A comunidade, agora sem terra, vive em acampamento temporário ao longo da BR-163. Foto: Tatiana Cardeal / Oxfam

O GOSTO AMARGO DO AÇÚCAR

O direito à terra e as cadeias de fornecimento das maiores empresas de alimentos e bebidas

Este trabalho descreve como a cultura da cana-de-açúcar tem incentivado as aquisições de grandes porções de terras e contribuído significativamente para os conflitos agrários, prejudicando pequenos produtores de alimentos e suas famílias. Ao menos 4 milhões de hectares de terra foram adquiridos para produção de açúcar, contabilizando 100 acordos de aquisição de terras firmados desde o ano 2000, embora, em virtude da falta de transparência sobre tais acordos, a área talvez seja muito maior. Muitas dessas aquisições estão relacionadas a violações dos direitos humanos, perda dos meios de subsistência e fome para os pequenos produtores e suas famílias. As grandes empresas de alimentos e bebidas raramente possuem terras, mas dependem da terra para obter as matérias primas de que necessitam, entre elas o açúcar. As empresas do ramo alimentício precisam reconhecer esse problema com urgência e tomar providências para garantir que as violações dos direitos de populações à terra e os conflitos agrários não façam parte de suas cadeias de fornecimento.

1 INTRODUÇÃO

Desde o ano 2000, foram registrados quase 800 acordos de aquisição de terras em grande escala no mundo todo, cobrindo uma área de 33 milhões de hectares — quatro vezes o tamanho de Portugal.¹ Essa terra, até então utilizada por pequenos agricultores, pela comunidade local ou para a prestação de importantes serviços ambientais, foi destinada ao uso comercial, em parte devido à crescente demanda por culturas de grande escala como a de cana-de-açúcar.

Governos, empresas e investidores financeiros devem respeitar e defender os direitos das comunidades, bem como buscar o seu consentimento prévio e informado antes de se envolver em quaisquer atividades relacionadas ao uso da terra.² Embora usualmente as empresas de alimentos e bebidas não sejam proprietárias diretas de terras, juntas elas são grandes compradoras de commodities cultivadas em grandes plantações, em geral em países onde são comuns as violações aos direitos à terra. Elas precisam reconhecer esses problemas com urgência e tomar providências para garantir que as violações do direito à terra e os conflitos agrários não façam parte de suas cadeias de fornecedores.

‘POR TRÁS DAS MARCAS’

Em 2013, a Oxfam lançou o relatório “Por Trás das Marcas”, parte de sua campanha CRESÇA.³ A campanha CRESÇA exorta governos e empresas a construir um sistema alimentar mais justo: um sistema que alimente de forma sustentável uma população em crescimento e capacite os pobres a garantir o próprio sustento, alimentar suas famílias e viver com dignidade. ‘Por Trás das Marcas’ monitora o progresso e os desafios de dez das maiores empresas de alimentos e bebidas do mundo e analisa suas políticas e seus compromissos para ajudar a criar esse novo sistema. As ‘10 Grandes’ empresas são: Associated British Foods (ABF), Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, Mondelez International, Nestlé, PepsiCo e Unilever. Em conjunto, elas geram receitas de mais de US\$ 1,1 bilhão por dia.⁴

O ranking⁵ utilizado no ‘Por Trás das Marcas’ classifica as políticas e os compromissos das ‘10 Grandes’ relacionados às seguintes questões: situação das mulheres, pequenos agricultores e trabalhadores rurais no campo, uso e acesso à água e à terra, mudanças climáticas e transparência em sua cadeia de fornecimento. Desses temas, o uso e acesso à terra é aquele em que as empresas apresentam a pior pontuação. As ‘10 Grandes’ não possuem políticas adequadas para garantir a proteção do direito à terra⁶ das comunidades locais que fazem parte de suas cadeias de fornecimento e nenhuma delas declarou tolerância zero à ‘apropriação de terras’ (veja o Quadro 7 abaixo).

O acesso dos pequenos agricultores à terra é parte fundamental para um sistema alimentar mais justo. O acesso a terras comuns, proporciona às comunidades água, forragem, frutas, castanhas e outros recursos — geralmente de importância vital para a alimentação das mulheres e suas respectivas famílias. Este trabalho descreve como uma cultura — a da cana-de-açúcar — tem incentivado as aquisições de terra em grande escala e os conflitos agrários em detrimento do bem-estar dos pequenos produtores de alimentos e suas famílias.

2 O AÇÚCAR E O DIREITO À TERRA

O aumento dos preços dos alimentos em 2008 é amplamente reconhecido como o desencadeador de uma repentina onda de interesse dos investidores pela agricultura: de meados de 2008 a 2009, o número de acordos relacionados à aquisição de terras disparou, chegando a um aumento de quase 200%.⁷ Além disso, o investimento na agricultura é urgentemente necessário. A agricultura é vital para a segurança alimentar e é o combustível essencial para muitas economias em desenvolvimento.⁸ O investimento privado pode contribuir para o crescimento inclusivo, a sustentabilidade ambiental e a redução da pobreza.

Contudo, tais investimentos muitas vezes resultam em violações dos direitos humanos, perda de meios de subsistência, indiferença em relação aos laços espirituais e culturais das pessoas com a terra e, às vezes, violência e destruição de propriedades e plantações. A Oxfam chama isso de ‘inversão do desenvolvimento’.⁹ As mulheres pobres são as mais vulneráveis¹⁰, pois, em relação aos homens, têm menor probabilidade de possuir títulos de propriedade ou poder de decisão sobre o acesso à terra.¹¹ A perda de terras é desastrosa para a subsistência e a segurança alimentar de comunidades e pequenos agricultores.

Desde o ano 2000, foram registrados quase 800 acordos de aquisição de terras em grande escala em todo o mundo por investidores estrangeiros, abrangendo 33 milhões de hectares, além de 255 acordos de investidores locais.¹² No entanto, devido à falta de transparência nas aquisições de terras e à sub-representação dos acordos em nível nacional, o número real pode ser bem maior. Quase metade desses acordos ocorreu na África¹³, muitos deles em países com fraca governança¹⁴ em relação à terra ou com níveis alarmantes de fome, como Moçambique, Sudão e Zâmbia.¹⁵

Os cinco países com as maiores aquisições de terras por área, cobrindo um total de mais de 16 milhões de hectares, são: Sudão do Sul, Papua-Nova Guiné, Indonésia, República Democrática do Congo e Moçambique¹⁶. O Camboja é o país que teve mais acordos fechados revelados, com 104 concluídos desde o ano 2000.¹⁷

Embora os conflitos agrários não sejam novidade, eles adquirem maior importância na medida em que a disputa por terra aumenta. Os investidores¹⁸, estimulados pelo aumento dos preços de alimentos e dos biocombustíveis e pelo crescimento da demanda dos consumidores, rapidamente expandiram a produção agrícola em grande escala. Os pequenos produtores são excluídos, pois o mercado oferece enormes recompensas às empresas pela exploração da terra, mas os direitos das populações não são assegurados.

Quadro 1: O que faz uma “aquisição” de terra transformar-se em uma “apropriação” de terra?

As aquisições de terra em grande escala¹⁹ tornam-se apropriações de terra quando realizam uma ou mais das seguintes ações:

- Violam os direitos humanos, particularmente os das mulheres.
- Desprezam o princípio do consentimento livre, prévio e informado (CLPI – veja o Quadro 6 abaixo).
- Não se baseiam em uma avaliação metódica da situação fundiária ou desconsideram os impactos sociais, econômicos e ambientais.
- Evitam acordos transparentes com compromissos claros e obrigatórios sobre emprego e compartilhamento de benefícios.
- Abstêm-se de planejamento democrático, supervisão independente e participação significativa das populações.²⁰

CONFLITO COM COBERTURA DE AÇÚCAR

Muitas aquisições de terras em grande escala envolvem *commodities* bastante utilizadas na produção de alimentos e biocombustíveis: açúcar, soja e óleo de palma²¹. Trata-se predominantemente de monoculturas produzidas para mercados que operam com grandes volumes e margens pequenas de lucros. Coletivamente, elas usam 150 milhões de hectares de terras²² e estão vinculadas a mais de 380 aquisições de terras em grande escala desde o ano 2000.²³

Este relatório enfoca o açúcar como produto cuja cultura agrícola requer grandes extensões de terra e cuja utilização é fundamental para a indústria alimentícia, pois 51% do açúcar produzido é utilizado em alimentos processados, como refrigerantes, doces, massas e sorvetes.²⁴ O açúcar é produzido em 31 milhões de hectares de terras no mundo todo²⁵ — uma área do tamanho da Itália — com pelo menos 4 milhões de hectares vinculados a 100 acordos de aquisição de terras em grande escala desde o ano 2000²⁶, embora essa área provavelmente seja muito maior, já que nem todos os acordos registrados contêm informações sobre o tamanho da terra.

Figura 1: Açúcar, soja e óleo de palma: pegadas em 2012²⁷



Nota: A produção de açúcar: os 51% incluem apenas o percentual utilizado na fabricação de alimentos. Um adicional de 25% é usado para varejo, atacado e outros usos alimentares.

A produção de soja: inclui o percentual utilizado para farinha de soja, proteínas e óleo comestível; exclui a soja utilizada na alimentação animal.

Fontes: IBISWorld (2012) 'global de açúcar Manufacturing', IBISWorld Industry Report C1115-GL, p.15; S. Murphy, D. Birch, e J. Clapp (2012) "Segredos de Cereais: os maiores comerciantes do mundo de grãos e a agricultura global", Oxford: Oxfam.

O óleo de palma, por outro lado, embora também seja um ingrediente essencial para a produção de alimentos e esteja fortemente vinculado às aquisições de terra em grande escala, usa metade da terra necessária para o cultivo da cana-de-açúcar. A soja é de longe a cultura que mais usa terras²⁸, mas apenas 16% da soja é utilizada diretamente em produtos alimentícios.²⁹

No período entre 1961 e 2009, o consumo mundial de açúcar e adoçantes mais que dobrou.³⁰ Segundo estimativas, na década de 2020 a demanda de açúcar deverá crescer mais 25%.³¹ Isso

aumentará consideravelmente a disputa por terras, o que poderá aumentar os conflitos entre as comunidades e as empresas produtoras de commodities.

Quadro 2: Açúcar e terra em Sre Ambel, Camboja

Em 2006, no distrito de Sre Ambel, no Camboja, duas subsidiárias³² da gigante tailandesa Khon Kaen Sugar Co Ltd (KSL), que detem 70% de ambas empresas, iniciaram a abertura de uma área de 18.057,32 hectares para plantação de cana-de-açúcar.

De acordo com os representantes legais da comunidade do Community Legal Education Centre (CLEC),³³ quase 500 famílias de três vilarejos perderam suas terras nas operações de limpeza..

Os membros da comunidade protestaram contra a abertura, alegando que trabalhavam na terra desde pelo menos o ano de 1999, alguns deles desde 1979.³⁴ Eles dizem que não foram consultados sobre o acordo e que, durante os protestos, seus movimentos foram barrados. Embora algumas famílias tenham aceitado a indenização, 1.365 hectares de terra ainda estão em disputa por 200 famílias.

Há sete anos, o conflito permanece sem solução, e famílias que até então levavam uma vida digna tirando o seu sustento da terra agora estão lutando para sobreviver sem a renda do cultivo de arroz, frutas, milho e castanha de caju. Os representantes da comunidade também alegam que o gado que vagava pelas plantações foi morto ou confiscado.³⁵ Muitos não podem mais mandar seus filhos para a escola.

Representantes da KSL dizem que pagaram a indenização (que também compreendem como uma forma de 'consulta' à população) e insistem que a empresa paga ao governo cambojano US\$ 20 mil por ano.³⁶ A empresa reuniu-se com a comunidade em março de 2013 e disse que a KSL devolveria a terra em litígio³⁷. Desde a reunião, não há nenhuma indicação de que a KSL tenha procurado o governo cambojano para discutir e resolver a situação.

O governo do Camboja afirma que as concessões de terras foram feitas em conformidade com o quadro legal e que apenas 13 famílias não foram compensadas devido a incapacidade de fornecer a documentação legal para provar que possuíam a terra.³⁸

A KSL, segundo consta, abastecia a Tate & Lyle Sugars, empresa sediada em Londres, com açúcar de suas plantações em Sre Ambel. A Tate & Lyle Sugars foi constituída em julho de 2010 e adquiriu o negócio europeu de açúcar da Tate and Lyle PLC em setembro de 2010. Atualmente pertence à American Sugar Holdings, maior refinaria de açúcar de cana verticalmente integrada do mundo.³⁹ A empresa diz que não tem contrato em vigência, embora reconheça que anteriormente recebeu duas remessas da KSL, em maio de 2011 e junho de 2012.⁴⁰ Eles também afirmam que realizaram um processo de diligência abrangente e uma auditoria independente completa, concluindo que a KSL adquiriu sua parte da terra de forma legítima.⁴¹

Em abril de 2013, 200 famílias entraram com uma ação contra a Tate and Lyle PLC⁴² e a Tate and Lyle Sugars na Suprema Corte do Reino Unido.⁴³ Eles também apresentaram queixa contra a Tate & Lyle Sugars através do mecanismo de reclamação de Bonsucro, uma iniciativa da indústria que visaria reduzir os impactos negativos da produção de açúcar. Em julho de 2013, a empresa teve sua filiação à Bonsucro suspensa (para mais informações, ver: Quadro 5).

Tate & Lyle Sugars afirmam que são um dos dois maiores fornecedores de açúcar do Reino Unido e que como tal abastecem muitas das grandes empresas de alimentos e bebidas da Europa. Tanto a Coca-Cola como a PepsiCo confirmaram que o açúcar vendido pela Tate & Lyle Sugars é utilizado em seus produtos e adquirido por seus engarrafadores.⁴⁴

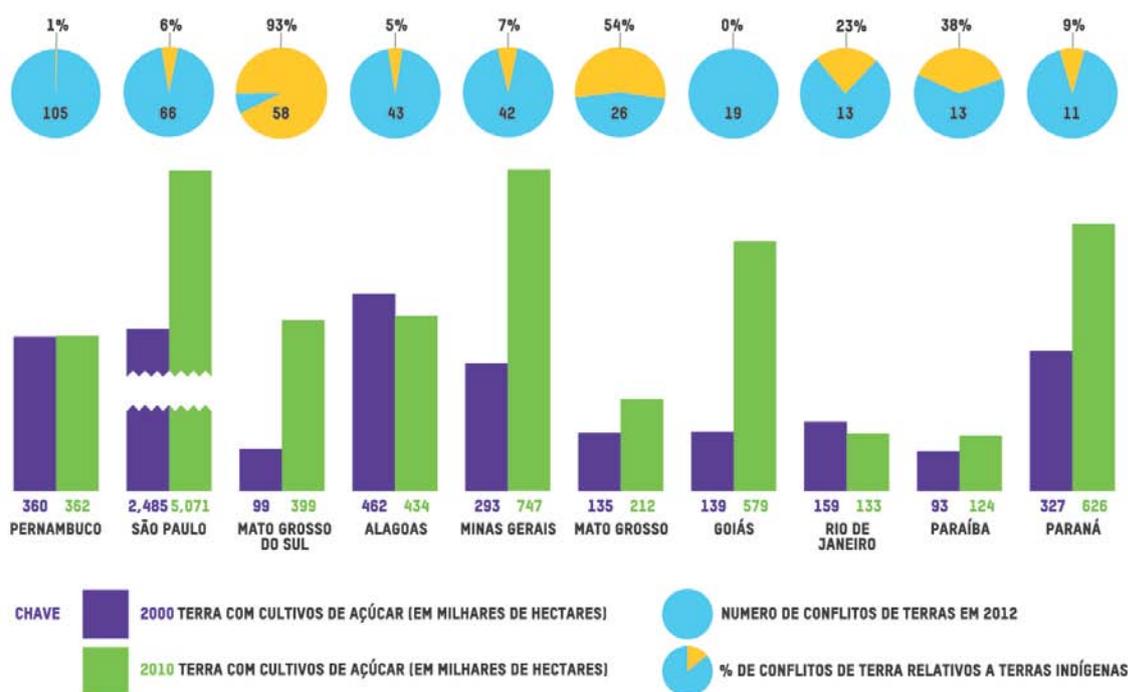
Fonte: Entrevista da Oxfam a membros da comunidade, organizações sociais e representantes da plantadora; ONG Equitable Cambodia; CLEC (Community Legal Education Centre).⁴⁵

Os três exemplos dos quadros 2- 4 descrevem conflitos graves relacionados com o açúcar e são emblemáticos dos tipos de conflito que ocorrem no mundo. Um é do Camboja, um país que teve o maior número de aquisições de terras em grande escala nos últimos anos. Os outros dois são do Brasil, o maior produtor mundial de açúcar. O Brasil responde por 20% do abastecimento mundial

e quase 50% de todas as exportações de açúcar — cifra que deve chegar a 60% em 2020 segundo as previsões.⁴⁶ Quase 10 milhões de hectares de terras no Brasil são utilizados para produção de açúcar, o que corresponde a 1/8 de toda a terra arável do país.⁴⁷

O Brasil é um exemplo de país que está vivenciando um aumento dos conflitos agrários e da violência no campo durante um período de rápida expansão da agricultura de grande escala. Muitos conflitos estão relacionados com o direito à terra de comunidades indígenas e outras.⁴⁸ Em 2008, ocorreram 751 conflitos agrários no Brasil, número que subiu para 1.067 em 2012, com 36 mortes e 77 tentativas de assassinato. Embora certamente nem todas essas disputas estejam relacionadas com o açúcar, os principais estados produtores, como Mato Grosso do Sul, Pernambuco e São Paulo, tiveram um número expressivo de conflitos.⁴⁹ Esses conflitos não foram causados apenas pelos recentes acordos de aquisição de terras, mas também por disputas mais antigas e complexas relacionadas com os confusos e contestados direitos de posse da terra. Nessas condições, quem vence são geralmente aqueles que têm poder econômico e político.

Figura 2: Cultivo de cana-de-açúcar no Brasil entre 2000 - 2010, mostrando conflitos de terras em 2012



FONTE: UNICA Data <http://www.unicadata.com.br/historico-de-area-ibge.php?idMn=33&tipoHistorico=5>; CIMI (2012) 'Violência contra os povos indígenas no Brasil 201', <http://www.cimi.org.br/pub/viol/viol2012.pdf>; FUNAI, Instituto Socioambiental (ISA), E Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Quadro 3: Direito dos indígenas à terra no Mato Grosso do Sul, Brasil

Os povos indígenas e quilombolas⁵⁰ representam mais de um quarto das pessoas afetadas por conflitos agrários no Brasil, muitos dos quais ocorrem no Mato Grosso do Sul.⁵¹ Ao longo de décadas, os povos indígenas desse Estado vêm lutando para recuperar suas terras ancestrais, enquanto a expansão do agronegócio fez com que a maior parte do Estado tenha se convertido em fazendas de soja, gado, milho e cana-de-açúcar. A plantação de cana-de-açúcar mais do que triplicou entre 2007 e 2012, saltando de 180.000 para 570.000 hectares.⁵²

Em Ponta Porã, cidade no sul do Estado, duas novas usinas de açúcar⁵³ começaram a funcionar em 2008, entre elas a Monte Verde – hoje pertencente ao operador de commodities global Bunge. Em consequência, vários agricultores começaram a produzir cana-de-açúcar para fornecer às usinas, inclusive em Jatavyary, uma área reclamada pelas comunidades indígenas. A Usina Monte Verde da Bunge atualmente compra cana-de-açúcar de cinco plantações localizadas em Jatavyary.⁵⁴

Nos anos de 1960, as comunidades indígenas dos Guarani-Kaiowá em Jatavyary começaram a tentar formalizar seus direitos a essa terra. Apesar de terem sofrido violência, terem sido expulsos da terra por quatro anos em meados da década de 1990 e terem enfrentado intimidação por parte de agricultores ao retornarem⁵⁵, em 2004 conseguiram o reconhecimento de Jatavyary como terra indígena pela agência federal pertinente, a Funai. Esse reconhecimento deu início a um processo administrativo de quatro etapas visando a demarcação de terras. Em 2011, a segunda etapa foi concluída quando 8.800 hectares de terra foram 'declarados' pelo Ministério da Justiça, sendo definidos os limites e reconhecidos os direitos dos membros da tribo Guarani-Kaiowá.⁵⁶

Com o processo de demarcação a caminho, a Bunge foi intimada por um promotor público federal a parar de adquirir cana-de-açúcar da Jatavyary, mas a empresa insiste⁵⁷ que só pensa em romper seus contratos quando a terra estiver totalmente demarcada e com a assinatura oficial pelo(a) Presidente da República. A Bunge também afirma que os contratos de aquisição foram celebrados pelos antigos proprietários da usina Monte Verde e devem ser honrados. Embora a Bunge tenha afirmado que não renovará os contratos após expirarem, em 2013, a empresa em seguida sugeriu que eles só vencerão em 2014.⁵⁸

O fato de viver tão perto de canaviais trouxe impactos sociais e ambientais devastadores para 60 famílias vivendo na região. Entre estes, a exposição a pesticidas e à fumaça da queima do bagaço de cana, a poluição das hidrovias e a poluição e riscos ocasionados pelo tráfego intenso de veículos que transportam cana-de-açúcar, o qual resultou na morte de pelo menos um membro da comunidade.⁵⁹

A Bunge é um ator poderoso no setor açucareiro global. É uma das três maiores proprietárias de usinas de cana-de-açúcar do Brasil e uma das três mais importantes comerciantes de açúcar em âmbito mundial.⁶⁰ Segundo a Coca-Cola, a empresa não se abastece especificamente da usina Monte Verde, pois seu suprimento de açúcar vem de outras operações da Bunge no Brasil.

Fonte: Entrevistas da Oxfam; Repórter Brasil; Survival International.

A produção e o consumo de açúcar também têm impactos significativos que vão além dos conflitos agrários⁶¹, entre estes o uso intensivo da água que pode representar um esgotamento dos aquíferos subterrâneos, o uso intensivo de fertilizantes e pesticidas e a descarga de resíduos em rios por refinarias mal operadas. Isso afeta de modo negativo a saúde e a água potável das comunidades e causa a morte de peixes necessários para sua alimentação e sobrevivência. Além disso, o consumo excessivo de açúcar está associado à obesidade e a problemas de saúde no mundo desenvolvido, se disseminando rapidamente nos países em desenvolvimento à medida que a indústria alimentícia expande sua oferta de alimentos processados e refrigerantes.⁶²

AS DEZ GRANDES E O AÇÚCAR

Todas as '10 Grandes' adquirem açúcar de vários fornecedores. Elas o usam para produzir refrigerantes, doces, produtos de confeitaria e sorvetes. A maioria das empresas não divulga com transparência a quantidade de açúcar que utilizam - apenas a Danone⁶³, a Unilever⁶⁴ e a ABF revelam seus volumes de aquisição ou produção nas operações com açúcar (veja abaixo). A Coca-Cola é uma das maiores compradoras de açúcar⁶⁵ do mundo, controlando 25% da participação de mercado global de refrigerantes⁶⁶. A PepsiCo segue logo atrás, com controle de 18% do mercado de refrigerantes.⁶⁷ A Coca-Cola também utiliza açúcar para produzir Sprite, Fanta, Dr Pepper, Vitaminwater, bebidas energéticas e sucos de fruta, ao passo que a PepsiCo tem uma linha similar incluindo Pepsi-Cola, Mountain Dew e Mirinda, para citar apenas algumas.

Enquanto os gigantes dos refrigerantes, Coca-Cola e PepsiCo, são os maiores compradores de açúcar, outra empresa pertencente às '10 Grandes' é uma das maiores produtoras de açúcar do mundo – a ABF. A ABF é dona da British Sugar, no Reino Unido, da Azucarera, na Espanha, e tem participação majoritária na Illovo Sugar, a maior empresa de açúcar da África. A ABF produz 4,3% do suprimento global de açúcar e tem a capacidade de produção de 5,5 milhões de toneladas por ano em âmbito mundial.⁶⁸

Mais da metade do açúcar da ABF vem da cana-de-açúcar⁶⁹, a maior parte produzida pela Illovo Sugar em seis países africanos: Malawi, Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia e a Zâmbia. Em três países – Malawi, Mali e Zâmbia – a Illovo Sugar tem sido associada a conflitos de terras, segundo noticiários da mídia.⁷⁰ O restante do açúcar da ABF vem de açúcar de beterraba cultivada na Europa e na China⁷¹. A ABF vende açúcar à indústria alimentícia, bem como a consumidores, por meio das marcas Silver Spoon (açúcar de beterraba) e da Billington (cana de açúcar). Também usa o açúcar em suas próprias fábricas para o preparo de produtos como cereais da Jordans e bebidas da Ovomaltine.

Quadro 4: Pressões e violência envolvendo a produção de açúcar em Pernambuco, Brasil

Na empobrecida costa de Pernambuco, estado do nordeste do Brasil, um grupo de famílias de pescadores está lutando para voltar para suas casas na ilha localizada no estuário do rio Sirinhaém. Em 1998, 53 famílias foram expulsas do manguezal em que moravam e de onde tiravam seu alimento e renda há décadas, devido à invasão destas terras pela refinaria de açúcar Usina Trapiche⁷². Embora a empresa argumente que os ilhéus estavam vivendo em condições sub-humanas e destruindo o manguezal⁷³, organizações sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral dos Pescadores estão lutando ao lado dos ilhéus para garantir seu retorno ao estuário.

No núcleo do conflito está a luta pelo controle das terras do estado onde a comunidade de pescadores vivia desde 1914.⁷⁴ Em 1998, quando a Usina Trapiche foi comprada pela empresa Serra Grande, ela entrou com uma petição ao estado por direitos sobre o estuário e as ilhas.⁷⁵ De acordo com os ilhéus e seus defensores, sem qualquer provocação, a Usina Trapiche começou a destruir suas casas e pequenas áreas de cultivo/plantações, fazendo ameaças de mais destruição e violência caso os moradores não deixassem as ilhas.⁷⁶ Em 2012, funcionários da usina foram acusados de queimar as cabanas dos pescadores, que foram reconstruídas e queimadas de novo.⁷⁷

A Trapiche disse que eles estavam protegendo o manguezal. Contudo, a empresa também foi multada por poluir o rio, agredir o meio ambiente e matar peixes dos quais as famílias deslocadas e outras comunidades de pescadores dependiam para sobreviver.⁷⁸

As famílias foram transferidas pela Trapiche para a cidade de Sirinhaém, e lhes foi dado acesso à eletricidade, água, saneamento e escolas⁷⁹. Contudo, a transferência trouxe grande sofrimento. As famílias vivem em uma favela e não pescam mais ou são forçadas a viajar grandes distâncias de volta ao manguezal.⁸⁰ A vida na cidade é muito cara e, por terem perdido suas terras, algumas famílias precisam buscar trabalho assalariado para comprar alimentos e artigos de primeira necessidade – muitas vezes, cortando cana para a própria Trapiche.

Inicialmente os tribunais defenderam o direito de viverem no estuário, mas essa decisão foi revertida em 2002. Em seguida, as famílias tentaram fazer com que a área designada fosse considerada reserva extrativista (Resex) federal, que reverteria os direitos da empresa sobre o estuário e abriria para as famílias a possibilidade de retorno às suas casas. Em 2009, receberam o direito à reserva, mas isso não foi endossado pelo governo do Estado, o que alguns creditaram à influência política da Trapiche e a indústria açucareira.⁸¹

Tanto a Coca-Cola quanto a PepsiCo confirmaram que o açúcar produzido pela Usina Trapiche é utilizado em seus produtos.⁸²

Fonte: Entrevistas da Oxfam; Comissão Pastoral da Terra; L. Schneider (2010) 'A Sweeter Alternative for Whom? [Sugar cane ethanol production and rural livelihoods in Northeast Brazil]' Produção de etanol e subsistência no nordeste do Brasil], Washington DC: Universidade Americana.

Devido aos importantes papéis exercidos tanto como produtores quanto compradores de açúcar para o êxito de suas marcas populares em âmbito mundial, a Coca-Cola, a PepsiCo e a ABF têm de reconhecer sua responsabilidade em investigar, levar em consideração e resolver os conflitos agrários na indústria açucareira. Embora essas empresas possam não ter responsabilidade legal ou controle direto sobre os conflitos, como importantes compradores elas estão sujeitas às normas internacionais de direitos humanos e devem assumir responsabilidade no encaminhamento do direito à terra em sua cadeia de suprimento. Para as operações com açúcar da ABF, essa responsabilidade é ainda maior.

3 RESULTADOS DO RANKING: FALTA DE COMPROMISSO COM OS DIREITOS HUMANOS

Todos os exemplos de conflitos agrários descritos na seção anterior envolvem empresas que fornecem produtos para a indústria alimentícia. As '10 Grandes' colocam em prática medidas adequadas para identificar, evitar e tratar conflitos agrários em suas cadeias de suprimentos? Visto que, das sete questões avaliadas pelo ranking⁸³, a questão de terras é aquela em que as '10 Grandes' apresentam pior pontuação, a resposta mais provável é 'não'.

Figura 3: Ranking dos resultados relativos à questão de terra da campanha 'Por Trás das Marcas'



Esse ranking foi elaborado em agosto de 2013. Fonte: [HTTP://oxfam.org/behindthebrands](http://oxfam.org/behindthebrands)

O ranking do 'Por Trás das Marcas' avalia os compromissos e políticas das empresas em relação ao direito à terra e à prevenção de apropriação de terras em quatro níveis: conscientização, conhecimento, compromisso e gerenciamento das cadeias de fornecimento. Essa avaliação considera tanto questões ambientais ligadas ao uso do solo, como desmatamento e biodiversidade, quanto questões sociais e de direitos humanos relativas ao direito de posse de terra já descritas. Os resultados indicam um quadro decepcionante.

Do lado positivo, as empresas são reconhecidas por suas políticas, seus compromissos e pela gestão de impactos em relação à biodiversidade e ao desmatamento em suas cadeias de fornecimento. Contudo, o ranking revela, de modo geral, que as empresas demonstram não reconhecer questões sociais importantes. A maioria não declara onde e de quem adquire muitas commodities provenientes da terra, como cana-de-açúcar, soja e óleo de palma.⁸⁴ Nenhuma das empresas declarou que não toleraria apropriações de terra em suas cadeias de fornecimento. Compromissos com a implementação de políticas para sanar conflitos agrários, evitar futuras violações do direito à terra e adotar e implementar normas do setor na cadeia de fornecimento também são raros ou inexistentes.

Quadro 5: Bonsucro

O ranking considera os compromissos das empresas com os padrões de produção que visam melhorar a sustentabilidade. Eles incluem a Mesa de Discussão sobre a Produção Sustentável de Óleo de Palma (RSPO), a Mesa de Discussão sobre a Produção Responsável de Soja (RTRS) e a Bonsucro - uma iniciativa multilateral que visa reduzir impactos sociais e ambientais negativos da produção de açúcar. Embora nem a eventual participação das empresas nem sua certificação garantam que estejam fazendo a coisa certa, essas iniciativas do setor são importantes e servem de apoio aos esforços de melhoria das empresas.

A Coca-Cola participou da criação da Bonsucro e desde 2011 adquiriu 130 mil toneladas de açúcar certificado. A General Mills, Mondelez International, Nestlé, Pepsi e Unilever também são membros. As outras quatro empresas alimentícias não se uniram à Bonsucro, ou a abandonaram, como é o caso da British Sugar, uma parte da AB Sugar e subsidiária da ABF.⁸⁵

A Bonsucro reconhece o direito das comunidades à terra e apoia as avaliações dos impactos, os mecanismos de denúncia e litígio e a participação ativa das partes interessadas locais. A iniciativa também exige prova documentada de que as comunidades afetadas tenham dado seu consentimento livre, prévio e informado sobre o uso do solo e de que receberam o pagamento condizente – embora seja falha quanto ao fornecimento de orientação sobre a implementação do CLPI. Até aqui, quase 3 mil toneladas de açúcar foram certificadas pela Bonsucro (2% da produção total).⁸⁶

A Tate & Lyle Sugars, ex-membro da iniciativa, foi suspensa pelo Conselho de Administração da Bonsucro em 8 de julho de 2013 por não demonstrar 'avanços satisfatórios dentro de um prazo razoável no cumprimento das exigências do Conselho de fornecer informações relacionadas a uma denúncia feita contra a empresa [relacionada com o caso Sre Ambel]', nem explicar de forma adequada por que essas exigências não podiam ser atendidas.⁸⁷

ABF, Coca-Cola e PepsiCo pontuam 'ruim' ou 'muito ruim'⁸⁸, demonstrando pouco conhecimento das questões ou riscos potenciais, tanto para as comunidades afetadas quanto para seu próprio negócio. Embora a Coca-Cola tenha sido cofundadora da Bonsucro (ver Quadro 5), de modo geral, a empresa não tem políticas próprias ou compromissos para identificar, prevenir e tratar potenciais violações dos direitos humanos.

A Nestlé é a única empresa que apresenta alguns avanços – pontuando 5 pontos em uma escala de 10 na questão da terra. Embora a empresa falhe em se comprometer com a tolerância zero na apropriação de terras, ela adotou novas diretrizes de terceirização para se tornar a primeira das '10 Grandes' a apoiar inteiramente o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) nas

comunidades indígenas e locais, modificando suas diretrizes para fornecedores, utilizadas no abastecimento de açúcar, soja, óleo de palma e outras commodities.⁸⁹

De modo geral, o setor não está fazendo o suficiente. Coca-Cola, PepsiCo e ABF, junto com outras que estão entre as '10 Grandes', devem tomar medidas urgentes para assegurar que os tipos de conflitos descritos acima não fazem parte das suas cadeias de fornecimento de açúcar e de outras commodities fortemente ligadas à terra como a soja e o óleo de palma. Oxfam está mantendo conversações com a Coca-Cola, PepsiCo e ABF e pediu-lhes os detalhes dos casos mencionados neste relatório. Essas empresas têm a responsabilidade (em colaboração com fornecedores e outras partes interessadas) de investigar e tomar medidas para resolver os problemas das comunidades afetadas.

Quadro 6: Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)⁹⁰

O CLPI exige que os povos indígenas e as comunidades locais sejam adequadamente informados⁹¹ sobre projetos em andamento em suas terras e devem ter a chance de aprovar ou rejeitá-los antes de seu início e, até certo ponto, durante o seu desenvolvimento. Isso inclui a sua participação no estabelecimento de termos e condições que tratam dos impactos econômicos, sociais e ambientais em todas as fases do projeto.

Até agora, o Direito Internacional reconheceu apenas o direito do CLPI no que diz respeito aos povos indígenas. No entanto, isso representa as melhores práticas em desenvolvimento sustentável e, assim, deve orientar a prática da empresa ao consultar e negociar com todas as comunidades afetadas, indígenas e não indígenas.

As mulheres têm direitos iguais, inclusive o direito de participar dos processos de tomada de decisão na comunidade, beneficiar-se do desenvolvimento e estar a salvo dos potenciais impactos negativos de aquisições de terras.⁹²

4 CRIAÇÃO DE UM SISTEMA ALIMENTAR JUSTO

PORQUE AS '10 GRANDES' DEVEM LIDERAR

Em todo o mundo, comunidades locais estão sofrendo sérias violações de seus direitos, como a perda dos seus meios de subsistência, chegando a passar fome, em razão de aquisições e conflitos de terras. Com exceção da ABF, a terra raramente pertence diretamente às '10 Grandes'. No entanto, vastas áreas de terra são usadas para produzir as safras de matérias primas que essas empresas necessitam. Todos os envolvidos na produção e no fornecimento dessas matérias primas, devem desempenhar o seu papel no sentido de garantir que o direito à terra seja respeitado, as disputas sejam resolvidas de forma justa, e as comunidades se beneficiem de investimento.

Isso não é apenas uma responsabilidade moral. Tanto os consumidores quanto as iniciativas de normas internacionais deixaram clara a expectativa de que as empresas assumam a responsabilidade pelo que acontece em suas cadeias de fornecimento, em qualquer lugar do mundo onde atuem. A reputação e as vendas da empresa também são ameaçadas quando os consumidores descobrem infrações dentro da cadeia de fornecimento⁹³, sendo que até dois terços do valor de mercado de uma empresa são atribuídos à sua reputação pública.⁹⁴

Os Princípios Norteadores da ONU de Comércio e Direitos Humanos⁹⁵ são muito claros a esse respeito. As empresas têm responsabilidades em toda a cadeia de fornecimento, e devem adotar políticas e processos para identificar e gerenciar os riscos, se aproximar de fornecedores relevantes e órgãos governamentais, e estabelecer mecanismos de reparação. Os princípios da ONU são elaborados para abranger todos os direitos humanos, incluindo aqueles associados a aquisições de terras em larga escala, tais como os direitos à habitação, aos meios de subsistência, à propriedade, à cultura e à saúde.⁹⁶ Outras normas globais relevantes incluem as Diretrizes Voluntárias de Governança Responsável da Posse da Terra⁹⁷, que obrigam as empresas a respeitar os direitos humanos e os direitos legítimos de posse, e os padrões de desempenho da Corporação Financeira Internacional (CFI), os quais incluem o CLPI.⁹⁸

Riscos de conflitos agrários também podem afetar significativamente os negócios. Deslocamento, conflito, violência e perda de vidas são questões muito graves, e uma associação com qualquer uma dessas circunstâncias é – com certeza – altamente prejudicial à reputação da empresa.

Com frequência, os conflitos têm longa duração e podem afetar seriamente as operações das empresas que diretamente fornecem recursos naturais. O setor de mineração, por exemplo, tem sido assolado por conflitos fundiários que podem ameaçar investimentos futuros.⁹⁹ O setor agrícola também enfrenta ameaças semelhantes que podem, ao final, afetar a estabilidade financeira de uma empresa em consequência de perdas decorrentes de operações em atraso e interrupções forçadas.¹⁰⁰ Esses fatores, por sua vez, representam risco para a segurança do abastecimento das ‘10 Grandes’, uma vez que as cadeias de fornecimento são extremamente vulneráveis à interrupção e descontinuidade, com distúrbios em uma parte da cadeia, muitas vezes, tendo efeitos arrasadores e imprevisíveis. Para a ABF, com suas propriedades de terra em áreas de alto risco, incluindo a África, os potenciais impactos são ainda maiores.

AS ‘10 GRANDES’ PODEM MOBILIZAR OUTRAS

Como marcas globais, grandes empregadoras e importantes compradoras de commodities, as ‘10 Grandes’ têm considerável influência. Uma mensagem clara de tolerância zero para a apropriação de terras, reforçada por mudanças na política e na prática, poderá fazer a diferença.

Conflitos agrários são questões de longa duração, com raízes complexas na má governança, posse incerta da terra e desigualdades históricas ou profundamente arraigadas. O problema dos conflitos de terra na produção e nas cadeias de suprimentos não serão resolvidos da noite para o dia ou pela ação de um ou dois atores isolados. Além das ‘10 Grandes’, intermediários poderosos, incluindo fornecedoras de commodities gigantes do comércio mundial como Cargill, ADM, Bunge e Louis Dreyfus, têm responsabilidade mais direta pelo direito à terra em suas cadeias de suprimento. Eles adquirem diretamente as commodities e, em alguns casos, possuem plantações próprias.

A responsabilidade final sobre questões relacionadas à terra, no entanto, cabe aos governos. Os governos têm a responsabilidade de garantir que os direitos humanos básicos de seus cidadãos sejam protegidos, e o dever de apoiar os membros da sociedade menos afortunados.

Coletivamente, as ‘10 Grandes’ exercem considerável influência tanto sobre as empresas quanto sobre os governos para reunir atores e enfrentar desafios prementes de forma colaborativa no que toca o direito à terra.

Sinais de liderança já estão surgindo na medida em que as empresas reconhecem o risco que os conflitos e violações do direito à terra representam para as suas operações e reputação. Como colocou Mark Bowman, diretor da SAB Miller Brewing Company África, uma das maiores engarrafadoras da

Coca-Cola, "as compras de terras que ignoram os interesses e os cenários das comunidades locais são tanto moralmente condenáveis quanto comercialmente míopes." Bowman afirma que litígios explícitos relacionados a terras "alimentam a oposição de todo investimento externo".¹⁰¹

Muhtar Kent, presidente da empresa Coca-Cola declarou: "(...) reconhecemos que o sucesso e a sustentabilidade de nossos negócios estão indissoluvelmente ligados ao sucesso e à sustentabilidade das comunidades nas quais operamos. A força das nossas marcas está diretamente relacionada com a nossa licença social para operar, que temos de renovar diariamente cumprindo nossas promessas aos nossos clientes, consumidores, associados, investidores, às comunidades e aos nossos parceiros."¹⁰²

A indústria de alimentos já fez esforços coletivos para combater problemas como o desmatamento e o trabalho infantil. Em 2010, por exemplo, o Fórum de Bens de Consumo (CGF) e seus mais de 400 membros—produtores de alimentos e varejistas, incluindo a maioria das '10 Grandes', anunciaram que iriam trabalhar em conjunto para atingir o Desmatamento Zero até 2020.¹⁰³ Embora ainda seja necessário tomar medidas importantes para implementar o compromisso, a proposta representa um passo relevante para uma solução coletiva.

Há também exemplos de liderança de outros setores. Na década de 1990, a Nike, produtora de roupas esportivas, entre outros, enfrentou críticas sobre trabalhadores mal pagos, utilização de trabalho infantil e más condições de trabalho em fábricas das quais adquire produtos.¹⁰⁴ Depois de inicialmente negar a responsabilidade – e enfrentar uma reação adversa como resultado¹⁰⁵ - a empresa finalmente entrou em ação para inspecionar fábricas e enfrentar os problemas. Em 2005 a Nike divulgou a lista de seus fornecedores¹⁰⁶ ao público. Essa mudança de atitude, do passar a responsabilidade aos outros para se tornar transparente e pôr mãos à obra para encontrar soluções, enviou a clientes e fornecedores a importante mensagem de que a Nike levou a sério essas questões.

Ações de responsabilidade corporativa individuais como essas são um primeiro passo fundamental e a Oxfam busca uma mudança semelhante na cultura e na transparência das '10 Grandes'. Entretanto, o terrível desmoronamento da fábrica Rana Plaza em abril de 2013, matando mais de 1.000 pessoas em Bangladesh, também demonstra os limites de esforços voluntários de empresas individuais. Questões predominantes exigem uma resposta coletiva respaldada por medidas integradas de empresas e governos.

Após a tragédia do Rana Plaza, a ABF, que também é proprietária da cadeia varejista de vestuário Primark, respondeu com mudanças políticas¹⁰⁷ e foi a primeira a se comprometer publicamente a pagar uma indenização. Ela também firmou, junto com mais de 80 outras empresas, um acordo de segurança de construção juridicamente vinculativo, apoiado por sindicatos e pelo governo de Bangladesh. Este exemplo ilustra como empresas semelhantes à ABF, bem como a Coca-Cola e a PepsiCo e mais algumas das '10 Grandes', poderiam também exercer liderança e trabalhar com outras para oferecer soluções aos complexos desafios apresentados pelas questões ligadas ao direito à terra.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A crescente disputa por terra, impulsionada em grande parte pela expansão do cultivo intensivo da terra, como a cultura da cana-de-açúcar, muitas vezes acontece em prejuízo de mulheres e homens vulneráveis. Comunidades têm perdido suas casas, suas fazendas e, em consequência, a sua segurança alimentar. Embora os grandes investidores financeiros, empresas comerciais e governos devam agir para acabar com esses abusos, as '10 Grandes' também precisam fazer a sua parte. O

ranking 'Por Trás das Marcas' mostra, no entanto, que as '10 Grandes' atualmente não têm consideração, compromissos e políticas suficientes para detectar e resolver questões de terra e conflitos em suas cadeias de fornecimento.

No nível mais básico, a Oxfam está convocando empresas individuais a conhecerem suas cadeias de fornecimento e tomarem medidas a fim de resolver os problemas existentes. Isso significa realizar a devida investigação, maior divulgação e ação coletiva junto a comerciantes e outros agentes da cadeia de fornecimento, bem como junto aos governos. As ações devem levar a soluções concretas e vinculativas que reúnam e envolvam comunidades afetadas nos processos de decisão e que assegurem que elas se beneficiem do desenvolvimento, ao invés de serem ainda mais marginalizadas.

RECOMENDAÇÕES

Conheça e mostre os riscos relacionados com as questões da terra¹⁰⁸

1. Descubra e divulgue os riscos e impactos nas comunidades relativos às questões da terra por meio de avaliações de impacto confiáveis e relevantes¹⁰⁹, com plena participação das comunidades afetadas.
2. Conheça e divulgue de onde e de quem a empresa se abastece de mercadorias como o açúcar, o óleo de palma e a soja.

Compromisso com a Tolerância Zero para a apropriação de terras

Estabelecer e implementar uma política confiável de “tolerância zero” sobre apropriação de terras e incluir esse item no código de conduta dos fornecedores.

3. Comprometa-se, como forma de melhorar a política e a prática¹¹⁰, com normas específicas do setor de produção de açúcar, óleo de palma e de soja¹¹¹ que visem ajudar a melhorar a sustentabilidade até 2020.

Quadro 7: Tolerância Zero para a apropriação de terras

Uma política de Tolerância Zero para a apropriação de terras deve:

1. Reconhecer a responsabilidade da empresa por violações do direito à terra por parte dela ou de seus fornecedores (chegar até o produtor primário);
2. Empenhar-se, por meio de uma ampla política, a respeitar todos os direitos à terra de comunidades impactadas por operações da empresa ou de seus fornecedores, e incluir essa política nos códigos de conduta de todos os fornecedores, exigindo:
 - Respeito pelos direitos humanos, com especial atenção ao direito à terra das comunidades impactadas ou passíveis de serem impactadas pelas operações da empresa ou de seus fornecedores;
 - negociar de forma justa a transferência de terras;
 - aderir aos princípios da CLPI nas operações da empresa e de seus fornecedores;
 - Manter a transparência nos contratos e divulgar às comunidades afetadas os contratos de concessão ou autorizações de operação;
 - Buscar a resolução justa de eventuais litígios envolvendo o uso da terra ou os direitos de propriedade, por meio de mecanismos de reclamação da empresa, ouvidores ou de outros processos;
 - Abster-se de cooperação com qualquer ato ilegítimo de desapropriação eminente, por um governo anfitrião,

para aquisição de terras;

- Evitar modelos de produção que enfraqueçam os direitos sobre a terra (incluindo a terra sob posse consuetudinária) dos produtores de alimentos em pequena escala;
- Conclamar governos e comerciantes a combater a apropriação de terra e apoiar investimentos agrícolas responsáveis

4. Conclamar publicamente governos e traders (empresas produtoras e / ou comercializadoras de commodities) ¹¹² a exercer investimento agrícola responsável e a se comprometer com as Diretrizes Voluntárias de Governança Responsável da Posse da Terra, o que inclui a proteção e a promoção de todos os direitos à terra das comunidades afetadas.

5. Mobilizar fornecedores e seus pares para a adoção de políticas de Tolerância Zero, participar de iniciativas setoriais visando melhorar a sustentabilidade e assumir papel ativo no âmbito das iniciativas para aumentar o seu impacto e contribuir para uma “corrida” por melhores políticas e práticas.

NOTAS

Todos os links fornecidos neste trabalho foram acessados em agosto de 2013, exceto se de outro modo indicado.

¹ Esses dados incluem apenas os acordos transnacionais que foram 'fechados' com base no Land Matrix, um banco de dados on-line de acordos de aquisição de terras envolvendo mais de 200 hectares. Nesses casos, a terra foi destinada ao uso comercial, e não à produção pelos pequenos agricultores, ao uso da comunidade local ou à prestação de serviços relativos ao ecossistema. Os dados até 13 de agosto de 2013 são precisos; no entanto, o Land Matrix é atualizado constantemente à medida que surgem novas informações. Veja: <http://landmatrix.org/>.

² A Oxfam tem feito campanhas sobre esses temas. Veja: <http://www.oxfam.org/en/grow/landgrabs>.

³ Para mais informações, ver: <http://www.oxfam.org/en/grow/> e <http://www.behindthebrands.org/en> ou <http://www.oxfam.org.br/portrasmarcas>.

⁴ Oxfam (2013) Behind the Brands: Justiça alimentar e as "10 Grandes" empresas de alimentos e bebidas, Oxfam Internacional.

⁵ Publicado pela primeira vez em fevereiro de 2013, o ranking é atualizado regularmente para refletir os avanços. <http://www.behindthebrands.org/en/company-scorecard>.

⁶ "A metodologia da campanha Por Trás das Marcas avalia se as empresas aplicaram políticas para garantir que suas cadeias de fornecimento estejam livres da apropriação de terras. Isso inclui políticas que promovem o consentimento prévio e livre de utilização da terra por toda a cadeia de fornecimento e insistem em tolerância zero para fornecedores que obtêm terras por meio de violações do direito à terra e do direito de posse da terra."

⁷ O número informado de acordos de aquisição de terras feitos por investidores estrangeiros na agricultura no Sul Global aumentou de aproximadamente 35 em meados de 2008 para 105 em meados de 2009, um crescimento de aproximadamente 200%. Ver: Figura 1, p.6, em W. Anseeuw et al. W. Anseeuw, et al (2012) Transnational Land Deals for Agriculture in the Global South. Relatório analítico baseado na Land Matrix Database, Bern, Montpellier, e Hamburg: CDE, CIRAD e GIGA. Ver: <http://landportal.info/landmatrix/media/img/analytical-report.pdf>.

⁸ O crescimento originado na agricultura, em particular no segmento de pequenos agricultores, é pelo menos duas vezes mais eficaz em beneficiar os mais pobres do que o crescimento originado em setores não agrícolas. FAO (2010) 'How to Feed the World' [Como Alimentar o Mundo], p.2. Ver também: Banco Mundial; Ha Joon Chang (2009) "Rethinking public policy in agriculture : lessons from history, distant and recent" [Repensando as políticas públicas na agricultura: lições da história, antiga e recente], Journal of Peasant Studies, 36(3).

⁹ Oxfam (2011) 'Land and Power: The growing scandal surrounding the new wave of investments in land' [Terra e Poder: O crescente escândalo da nova onda de investimentos em terras], Oxford: Oxfam. Oxfam.

¹⁰ Por exemplo, para uma análise detalhada de como os riscos ambientais e socioeconômicos associados à produção de biocombustíveis líquidos em grande escala nos países em desenvolvimento afetam homens e mulheres de formas diferentes, veja A. Rossi e Y. Lambrou (2008) 'Gender and Equity Issues in Liquid Biofuel production: Minimizing the Risks to Maximize the Opportunities' [Questões de Gênero e Equidade na Produção de Biocombustíveis Líquidos: Como Minimizar os Riscos para Maximizar as Oportunidades], Roma: FAO. Minimizing the Risks to Maximize the Opportunities', Rome: FAO. <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/ai503e/ai503e00.pdf>.

¹¹ N. Kachingwe (2012) 'From Under Their Feet: A think piece on the gender dimensions of land grabs in Africa', ActionAid. <http://www.actionaid.org/publications/under-their-feet-think-piece-gender-dimensions-land-grabs-africa>.

¹² Esses dados incluem apenas os acordos transnacionais que foram 'fechados' com base no Land Matrix. Os dados sobre acordos transnacionais são precisos em 13 de agosto de 2013 e os dados sobre acordos nacionais em 5 de setembro de 2013. Ver: <http://landmatrix.org/>.

¹³ Com base nos acordos fechados por investidores transnacionais. Os dados até 13 de agosto de 2013 são precisos. <http://landmatrix.org/>.

¹⁴ W. Anseeuw, L. Alden Wily, L. Cotula, and M. Taylor (2011) 'Land Rights and the Rush for Land: Resultados do Global Commercial Pressures on Land Research Project', Rome: International Land Coalition (ILC); e Oxfam (2013) 'Poor Governance, Good Business: How land investors target countries with weak governance' [Como os investidores em terras visam países com fraca governança], Oxford: Oxfam.

¹⁵ Consulte o Índice Global da Fome de 2012 do Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares para obter a classificação dos países por nível de fome. <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/ib70.pdf>.

¹⁶ Com base nos acordos fechados por investidores transnacionais. Dados até 28 de agosto de 2013. <http://landmatrix.org/get-the-idea/web-transnational-deals/>.

¹⁷ Com base nos acordos fechados por investidores transnacionais. Dados em 28 de agosto de 2013. Observar que os números da Land Matrix incluem apenas os acordos comunicados, o número de acordos listados também pode refletir maior transparência no Camboja. <http://landmatrix.org/get-the-idea/global-map-investments/>.

¹⁸ Apesar da percepção comum de que a maioria dos acordos de aquisição de terras é incentivada pelos governos da China e do Oriente Médio, a pesquisa sugere que empresas européias e americanas estão envolvidas em um número muito maior de acordos. E. Berger (2013) 'Land "grab" realities, perceptions vary markedly – researcher' [As realidades e percepções sobre a "apropriação" de terras variam notavelmente – pesquisa], Thompson Reuters Foundation. <http://www.trust.org/item/20130717110834-egy5a/?source=shtw>.

¹⁹ O termo "aquisições de terras em grande escala" pode ser definido como a aquisição de qualquer extensão de terra superior a 200 hectares ou duas vezes a mediana do lote de terra segundo o contexto nacional. A cifra de 200 hectares vem da definição de 'grande escala' da ILC.

²⁰ ILC (2011) "Tirana Declaration: Securing land access for the poor in times of intensified natural resources competition" Garantindo o acesso à terra para os pobres em tempos de competição intensificada pelos recursos naturais, Roma International Land Coalition. www.landcoalition.org/about-us/aom2011/tirana-declaration.

²¹ As commodities associadas com o maior número de acordos fechados de aquisição de terras, de acordo com o Land Matrix, são: óleo de palma (205), borracha (120), jatrofa (103), milho ou mais (95), cana-de-açúcar (90) e soja (75). Data de apuração: 28 de agosto de 2013. <http://landmatrix.org>.

²² Baseado nos números da FAO referentes à produção agrícola de soja, cana-de-açúcar, óleo de palma, frutas e beterrabas em 2012. <http://faostat.fao.org/>.

²³ Esses dados incluem os acordos que foram 'fechados', com base no Land Matrix, para óleo de palma, soja e açúcar (tanto cana-de-açúcar quanto beterraba). Os dados até 28 de agosto de 2013 são precisos. Ver: <http://landmatrix.org/>.

²⁴ Estima-se que os fabricantes de alimentos respondam por aproximadamente 51% da produção total de açúcar; os de biocombustíveis, por 24%; os atacadistas de produtos de mercearia, por 18%; e outros usuários de alimentos, por 7%. IBISWorld (2012) 'Global Sugar Manufacturing' [Fabricação Mundial de Açúcar], relatório da IBISWorld de número C1115-GL, p.15.

²⁵ Essa cifra baseia-se nos números da FAO relativos à produção agrícola de 2012 e inclui 26 milhões de hectares de cana-de-açúcar e 5 milhões de hectares de beterraba. A cana-de-açúcar é uma cultura muito mais importante mundialmente e tem sido mais relacionada com as aquisições de terra em grande escala do que a beterraba. A beterraba responde por aproximadamente 20% da produção mundial de açúcar e está ligada a pelo menos um acordo de aquisição de terras em grande escala na Rússia.

²⁶ Esses dados incluem os acordos que foram 'fechados', com base no Land Matrix, para o açúcar (tanto cana-de-açúcar quanto beterraba). Data de apuração: 28 de agosto de 2013. Ver: <http://landmatrix.org/>.

²⁷ O percentual de produção de açúcar utilizado para alimentos inclui açúcar para fabricação de açúcar e para a venda direta aos atacadistas (ou seja, para o consumo), no percentual de produção de soja usado para o alimento, ver S. Murphy et al. (2012) op. cit; no percentual de produção de óleo de palma usado para o alimento, veja: <http://www.thefinancialist.com/where-the-palm-trees-grow/>

²⁸ Com base nos números da FAO sobre a produção agrícola de 2012, 107 milhões de hectares de terras são utilizados para produção de soja.

²⁹ A soja é, entretanto, um insumo indireto para as '10 Grandes' porque é utilizada principalmente como ração animal na produção de carnes e laticínios. Isso representa 83% de toda a soja produzida, em comparação com 16% dos outros produtos comestíveis e 1% de uso industrial, incluindo os biocombustíveis. S. Murphy, D. Birch, and J. Clapp (2012) 'Cereal Secrets: The World's Largest Grain Traders and Global Agriculture', Oxford: Oxfam.

³⁰ Embora a importância dos adoçantes em relação ao açúcar tenha aumentado durante esse período, os açúcares ainda representam 89% do consumo. Em 1961, o consumo mundial de açúcar e de adoçantes foi de 59.985.002 toneladas, das quais os açúcares representaram 96%. Em 2009, o consumo de açúcar e de adoçantes foi de 156.323.836 toneladas, das quais os açúcares representaram 89%. Fonte: <http://faostat3.fao.org/faostat-gateway/go/to/download/FB/FB/E>.

³¹ B. Lee, F. Preston, J. Kooroshy, R. Bailey e G. Lahn (2012) 'Resources Futures' [Mercado Futuro de Recursos], London: Chatham House, p.14.

³² Koh Kong Sugar Plantation com 8657.24 hectares, e Koh Kong Sugar Industries com 9400.08 hectares.

³³ CLEC (sem data) 'Business and Human Rights em ASEAN: CLEC (sem data) 'Business and Human Rights in ASEAN: The Implications of the Koh Kong Sugar Plantation and Factory Case in Cambodia for Due Diligence and Remedies' [Negócios e Direitos Humanos na Asean: Implicações do Caso da Plantação e Usina de Açúcar Koh Kong no Camboja para Diligência e Providências], Community Legal Education Center. http://www.clec.org.kh/web/images/Resources/Res_Koh%20Kong%20ASEAN%20Case%20Study%202013%20-%20ENG1374035991.pdf.

³⁴ As famílias não têm título oficial de propriedade da terra, situação comum em áreas rurais do Camboja devido à falta de regularização dos títulos de propriedade desde o regime de Khmer Rouge. O governo agora está tentando corrigir a situação, pois muitas comunidades que viveram e investiram em suas terras não têm um título garantido. Uma lei aprovada em 2001 no Camboja sugere que 'qualquer pessoa que manteve a posse pacífica e incontestável de um lote de terra – que não seja terra pública do Estado – por pelo menos cinco anos antes da promulgação da lei tem o direito de solicitar um título de propriedade definitivo'. As 200 famílias que continuam sua luta têm documentos para comprovar que todas vivem na área e cultivam a terra desde antes de 1999 e todas aquelas que a Oxfam entrevistou mencionaram o fato de que investiram na limpeza da floresta, o que as torna qualificadas para reclamar a propriedade oficial da terra.

³⁵ Muitas dessas famílias já criaram vacas e búfalos – algumas chegaram a ter de 15 a 20 animais —, mas agora que os animais não têm mais pasto, eles vagam pelas plantações. As famílias dizem que alguns animais que vagavam pelas plantações foram mortos e outros foram confiscados por funcionários da empresa e liberados somente após o pagamento de uma taxa. Algumas famílias contaram que receberam uma pequena quantia como indenização pelos búfalos que foram mortos, mas longe dos valores de mercado.

³⁶ S. Starling (2013) 'Tate & Lyle Sugars slams Guardian over Cambodian sugar sourcing allegations' [Tate & Lyle Sugar critica The Guardian por alegações dos cambodjanos sobre compra de açúcar] Food Navigator, 12 de julho de 2013. <http://www.foodnavigator.com/Financial-Industry/Tate-Lyle-Sugars-slams-Guardian-over-Cambodian-sugar-sourcing-allegations>.

³⁷ Business & Human Rights Resource Centre (2013) "'Cambodia Clean Sugar' campaign - company responses & non-responses' [Campanha "Açúcar Limpo no Camboja" – respostas e falta de respostas da empresa]. <http://www.business-humanrights.org/Documents/CambodiaCleanSugar2012>.

³⁸ Em uma reunião entre a Oxfam e o Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas na sexta-feira 13 setembro, 2013.

³⁹ Além de fornecer para a indústria de alimentos, a American Sugar Holding possui marcas para o consumidor, como Domino Sugar e Tate & Lyle Sugar.

<http://www.asr-group.com/about-us/our-world/>.

⁴⁰ S. Starling (2013) 'Tate & Lyle Sugars slams Guardian over Cambodian sugar sourcing allegations' [Tate & Lyle Sugar critica The Guardian por alegações dos cambodianos sobre compra de açúcar], op.cit. A empresa também afirmou à Oxfam que não tem planos para receber remessas de açúcar do Camboja no futuro.

⁴¹ Sugaronline (2013) 'Cambodia: Tate & Lyle defends land deal', 17 de abril de 2013. http://www.sugaronline.com/news/website_contents/view/1211908.

⁴² Especificamente, o caso foi apresentado contra a Tate & Lyle Industries, que é uma subsidiária da Tate & Lyle PLC, bem como contra a Tate & Lyle Sugars.

⁴³ Para conhecer a opinião da Tate & Lyle sobre a ação judicial, ver: Sugaronline (2013) 'Cambodia: Tate & Lyle defende a questão da terra', 17 de abril de 2013.

⁴⁴ Como confirmado em diálogo com a Coca-Cola e a PepsiCo, essas empresas trabalham com engarrafadores 'franqueados' que fabricam e produzem produtos de marcas, como a Coca-Cola e Pepsi. Esses franqueados estão sujeitos às diretrizes de fornecedor da Coca-Cola e da PepsiCo e outras disposições contratuais que determinam certos requisitos de sustentabilidade. Para fins deste relatório, as referências à Coca-Cola e à PepsiCo incluem seus franqueados.

⁴⁵ Para mais informações, veja também C. Le Coz (2013) 'The Grains of Wrath' [Os Grãos da Ira], Southeast Asia Globe Magazine, e Business & Human Rights Resource Centre (2013) "'Cambodia Clean Sugar" campaign - company responses & non-responses' [Campanha "Açúcar Limpo no Camboja" – respostas e falta de respostas da empresa], op. cit.

⁴⁶ LMC International citada em Bunge (2010) 'Sugar & Bioenergy Overview' [Açúcar e Bioenergia - Visão Geral], apresentação para investidores. Observar que, no Brasil, a maioria das usinas de açúcar produz etanol e açúcar para alimentos, podendo quase sempre optar por produzir açúcar ou etanol com base em fatores como os preços atuais.

⁴⁷ Baseado nos números mais recentes da FAO sobre a produção agrícola e as terras aráveis do Brasil.

⁴⁸ Veja, por exemplo, CIMI (2012) 'Violência contra os povos indígenas no Brasil 2011'. <http://www.cimi.org.br/pub/CNBB/Relat.pdf>.

⁴⁹ Os conflitos de terras nesses três estados respondem por 20% de todos os conflitos registrados no Brasil em 2012, ou seja, 229 eventos de um total de 1.067. Baseado nas informações da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) (com dados do IBGE) e da Comissão Pastoral da Terra de um relatório não publicado, preparado para a Oxfam pela ONG Repórter Brasil.

⁵⁰ Descendentes de escravos que escaparam e estabeleceram comunidades no interior brasileiro por séculos.

⁵¹ Dos 58 conflitos agrários documentados no Mato Grosso do Sul em 2012, apenas quatro não envolviam comunidades indígenas. De relatório não publicado, preparado para a Oxfam pela ONG Repórter Brasil, com base em informações da Funai, do Instituto Socioambiental (ISA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 2012, houve 567 casos de violência e 37 assassinatos perpetrados contra povos indígenas no estado. Cimi (2012) 'Violência contra os povos indígenas no Brasil 2011', op.cit.

⁵² Baseado em monitoramento por satélite pelo INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, do Brasil. Dados disponíveis em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/tabelas.html>.

⁵³ Além da Monte Verde, outra usina é de San Fernando, pertencente à Agropecuária JB (Grupo Bumlai) e Grupo Bertin.

⁵⁴ V. Glass (sem data), 'Em Terras Alheias: A produção de soja e cana em áreas de Guarani no Mato Grosso do Sul', São Paulo. Repórter Brasil. <http://reporterbrasil.org.br/documentos/emterrasalheias.pdf>.

⁵⁵ Agricultores foram acusados de atirar para o ar para intimidar pessoas, bem como enviar escavadoras e outros equipamentos agrícolas para trabalhar na terra, como se estivesse desocupada. M. H. Ferreira Lima e V. M. Bezerra Guimarães (sem data) 'Clean Biofuels and the Guarani Indians of Mato Grosso do Sul: Human Costs and Violation of Rights' [Biocombustíveis limpos e os índios do Mato Grosso do Sul: custos humanos e violação de direitos]. Human Costs and Violation of Rights.

⁵⁶ Portaria MJ/GM Nº 499, Abril 2011.

⁵⁷ A resposta da Bunge pode ser encontrada em: <http://www.business-humanrights.org/Links/Repository/1020853/jump>. Após pressão do Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Trabalho (MPT), a outra usina que adquire o produto das terras dos Yatyaty, a San Fernando, assinou um acordo em que promete não comprar ou promover o cultivo de cana-de-açúcar em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas.

⁵⁸ Com base na entrevista da Oxfam com o promotor público de Mato Grosso do Sul Marco Antonio Delfino de Almeida.

⁵⁹ V. Glass (sem data), 'Em Terras Alheias: A produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul' op.cit.

⁶⁰ Apresentação para investidores da Bunge (2012): 'Sugar & Bioenergy Overview' [Visão geral sobre açúcar e bioenergia]. <http://phx.corporate-ir.net/External.File?item=UGFyZW50SUQ9NDQwMTc3fENoaWxkSUQ9NTEzOT11fFR5cGU9MQ==&t=1>.

⁶¹ <http://www2.warwick.ac.uk/knowledge/themes/sustainability/sugar/>.

⁶² S. Bosley (2013) 'Sugar, not fat, exposed as deadly villain in obesity epidemic' [Açúcar e não a gordura, considerado o vilão mortal na epidemia de obesidade], Guardian, 20 de março de 2013. ; e A. Soosm (2013) 'Açúcar e Obesidade', Environmental News Network, 18 de janeiro. http://www.enn.com/enn_original_news/article/45484.

⁶³ A Danone divulgou que eles compram menos de 0,02% da produção mundial de açúcar, principalmente do Brasil e do México. A empresa compra diretamente 400kt de açúcar mundialmente, 190kt de cana de açúcar, 110kt do Brasil e do México, e estima-se que 70kt são comprados indiretamente para ração animal (do Brasil). http://www.danone.com/images/pdf/danone_forest_footprint_policy_en.pdf.

⁶⁴ A Unilever informa que suas compras respondem por 0,26% do mercado global de cana de açúcar.

<http://www.unilever.com/mediacentre/pressreleases/2013/Unileversourcesoverthirdofagriculturalrawmaterials.aspx>

⁶⁵ <http://www.coca-colacompany.com/our-company/stakeholder-engagement#TCCC> Em virtude da falta de transparência, o total atual de açúcar comprado pela Coca-Cola não foi confirmado.

⁶⁶ Embora tenha havido uma tendência cada vez maior de misturar xarope de milho com alto teor de frutose (HFCS) com açúcar para reduzir os custos totais dos adoçantes nos EUA, como resultado de incentivos e subsídios dados pelo governo americano em relação ao milho; a sucrose (açúcar) é o principal adoçante dos refrigerantes no resto do mundo. Uma porcentagem de refrigerantes vendidos mundialmente são produtos de baixa caloria que usam adoçantes alternativos (em geral, não açúcar); contudo, os produtos classificados como non-diet ainda têm maior participação no mercado. A apresentação em formulário 10 K da Coca-Cola à Comissão de Valores Mobiliários (2012), p.13; e IBISWorld (2013) 'Global Soft Drink & Bottled Water Manufacturing' [Fabricação Mundial de Refrigerantes e Água Engarrafada]. Relatório IBISWorld de Pesquisa de Mercado da Indústria C1124-GL P25.

- ⁶⁷ Ibid. A PepsiCo afirma que compra menos de 1% do açúcar mundial para a matriz, mas não conseguiu confirmar o açúcar comprado para seus produtos via engarrafadores/franqueados.
- ⁶⁸ A maior empresa açucareira do mundo é a Südezzucker AG, com participação do mercado de 6,1% em 2012. A participação de mercado da ABF em 2012 foi 4,3%. IBISWorld (2012) 'Global Sugar Manufacturing' [Fabricação Mundial de Açúcar].
- ⁶⁹ Isso inclui 1,8 milhão de toneladas produzidas pela Illovo Sugar e 400 mil toneladas produzidas pela Azucarera, bem como uma quantidade de açúcar que a ABF produz na China. Associated British Foods (2012) 'A JourneyThroughOur Business [Viagem por nossas empresas]: Annual Reportand Accounts' [Relatório e Contas Anuais], p17.
- ⁷⁰ Oakland Institute (2011) 'UnderstandingInvestmentDeals in Africa' [Entendendo Acordos de Investimentos na África], Relatório do país: Zâmbia; <http://www.ipsnews.net/2012/09/malian-farmers-want-their-land-back/>; and<http://farmlandgrab.org/post/view/5578>. Ver também: http://landmatrix.org/get-the-detail/by-investor-name/1225/?order_by=&starts_with=S. ABF contesta os fatos desses relatórios e reafirma que tem respeitado os direitos à terra.
- ⁷¹ Isso inclui 1 milhão de toneladas produzidas pela British Sugar e 400 mil toneladas produzidas pela Azucarera, bem como uma quantidade de açúcar que a ABF produz na China. Os números da produção da ABF podem ser encontrados na Associated British Foods (2012) 'A JourneyThroughOur Business [Viagem por nossas empresas]: Annual Reportand Accounts' [Relatório e Contas Anuais] op. cit.
- ⁷² A Usina Trapiche era originalmente uma empresa familiar, fundada em 1887. Em 1997, foi adquirida pelo Grupo Serra Grande, do setor privado. A Trapiche tem 28.500 hectares de terras usadas para suas plantações de cana-de-açúcar.
- ⁷³ L. Schneider (2010) 'A SweeterAlternative for Whom? [Uma alternativa mais doce para quem? Sugar cane ethanol production and rural livelihoods in Northeast Brazil' Produção de etanol e subsistência no nordeste do Brasil], Washington DC: Universida Americana.
- ⁷⁴ Terras estaduais geralmente são usadas por povos tradicionais como os ilhéus de Sirinhaém mediante ocupação ou regime de ocupação. Em geral, o Estado reconhece quem ocupa a terra como possuidor do direito de viver ali. De acordo com os defensores das famílias, o Estado tinha reconhecido o direito dos ilhéus de viver no estuário de Sirinhaém desde que começaram a ocupar a área, por volta de 1914, pois seu estilo de vida para a subsistência causava pouco dano ao sistema e dava sustento a tantas pessoas que essas terras públicas eram vistas como tendo uma importante função social. L. Schneider (2010) 'A SweeterAlternative for Whom? [Uma alternativa mais doce para quem?] op. cit.
- ⁷⁵ A Trapiche afirma que pediu em primeiro lugar ao Estado o controle do estuário e das ilhas, participando de um 'aforamento' em 1898, 16 anos antes que as famílias de pescadores tivessem ocupado a terra. Um aforamento dá à empresa o direito de usar terras públicas por um período de dez anos com certas condições, inclusive a coexistência com as comunidades vizinhas e o cumprimento de padrões ambientais. A Trapiche também requereu um aforamento no início dos anos de 1980, tendo então o Estado recusado, decidindo a favor dos ilhéus. L. Schneider (2010) 'A SweeterAlternative for Whom? [Uma alternativa mais doce para quem?] op. cit.
- ⁷⁶ Com base em entrevistas da Oxfam com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros defensores dos ilhéus. No site da CPT, há mais informações sobre o conflito e testemunhos da comunidade afetada. Ver: e também L. Schneider (2010) 'A SweeterAlternative for Whom? [Uma alternativa mais doce para quem?] op. cit.
- ⁷⁷ De acordo com a CPT, aconteceram novos conflitos em 31 de maio e 6 de junho de 2012, envolvendo 53 famílias. Com base em entrevista da Oxfam com José Bernardino de Lima. Ver também <http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/55-pe/3397-usinatrapiche-incendeiabarracas-de-pescadores-tradicionais-nas-ilhas-de-sirinha%C3%A9m.html?highlight=YToxOntpOjA7czo4MDoic2lyaW5oYcOpbSI7fQ>.
- ⁷⁸ Comissão Pastoral da Terra (2012) 'Mesmo multada por diversos crimes ambientais, a Usina Trapiche recebe prêmio da Assembleia Legislativa de PE'. <http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/55-pe/3613-mesmomultada-por-diversos-crimes-ambientais,-usina-trapiche-recebe-pr%C3%AAmio-daassembleia-legislativa-de-pe.html?highlight=YToxOntpOjA7czo4OjJ0cmFwaWNoZSI7fQ==>.
- ⁷⁹ L. Schneider (2010) 'A Sweeter Alternative for Whom? [Uma alternativa mais doce para quem?] op. cit.
- ⁸⁰ Seus lares atuais estão situados em um morro inclinado e devem andar por um caminho sujo e muito íngreme para alcançar o centro da cidade, e de lá encaminhar-se até o cais e remar por quase duas horas até o estuário para pescar. Os ilhéus agora dependem muito mais do miserável salário que ganham a cada semana no mercado para comprar alimentos como mandioca, frutas e peixe, produtos que anteriormente podiam obter sozinhos. L. Schneider (2010) 'A SweeterAlternative for Whom? [Uma alternativa mais doce para quem?] op. cit.
- ⁸¹ Baseado em entrevista da Oxfam à Comissão da Pastoral da Terra. Ver também o vídeo da Anistia Internacional: E L. Schneider (2010) 'A Sweeter Alternative for Whom? [Uma alternativa mais doce para quem?] op. cit.
- ⁸² Isso inclui produtos produzidos diretamente por essas empresas e produtos de marca, como a Coca-Cola e a Pepsi que podem ser produzidos pela empresa ou por seus franqueados. Ver a nota de rodapé 41 para mais informações.
- ⁸³ <http://www.behindthebrands.org/en/company-scorecard>.
- ⁸⁴ A transparência na aquisição dessas commodities agrícolas (e de outras), é captada no ranking de Por Trás das Marcas como parte de indicadores da Transparência, em vez de indicadores de Terra. Contudo, os indicadores estão muito interligados, pois a falta de transparência e potencialmente a falta de conhecimento suficiente pelas empresas em relação a sua aquisição de produtos agrícolas é uma barreira importante para o gerenciamento dos riscos e impactos da cadeia de suprimento.
- ⁸⁵ Esta informação foi fornecida a Oxfam pela Bonsucro.
- ⁸⁶ <http://bonsucro.com/site/in-numbers/>
- ⁸⁷ Tate & Lyle Sugars suspendeu a iniciativa Bonsucro até que cumpra uma série de condições ou atinja uma resolução da disputa que atenda ambas as partes. Em uma resposta à Oxfam, a Tate & Lyle Sugars disse que as razões da Bonsucro para a suspensão não se alinham com o que a empresa foi convidada a fazer pela Bonsucro, que os tempos estipulados não foram cumpridos e que sua capacidade para agir em algumas áreas foi limitada devido à ação do Tribunal do Reino Unido. A declaração da Bonsucro está disponível em <http://bonsucro.com/site/about/complaints/>.
- ⁸⁸ Baseado no placar do ranking de Por Trás das Marcas. Ver: <http://www.behindthebrands.org/en/company-scorecard>.
- ⁸⁹ Nestlé (2013) 'Nestlé General Responsible Sourcing Guidelines for Materials of Agriculture, Forestry, Fishery and Aquaculture Origin'. <http://www.nestle.com/asset-library/documents/creating-shared-value/responsible-sourcing/nestle-responsible-sourcing-guidelines.pdf>.
- ⁹⁰ Para mais informações, veja: Global Witness (2012) 'DealingwithDisclosure: Maior transparência nos grandes negócios de terras, Londres, Oakland e Roma: Global Witness, Instituto Oakland e International Land Coalition; e OxfamAustralia (2010) 'Diretrizes para o Consentimento Livre, Prévio e Informado', Carlton: Oxfam.
- ⁹¹ Informação relevante inclui contratos, avaliação de impactos, compartilhamento dos benefícios propostos e ações legais. Este é um processo contínuo, uma vez que projetos levam muitos anos para planejar e implementar, e o princípio aplica-se a todo o processo.

⁹² As mulheres devem ser incluídas na consulta e negociação e devem se beneficiar diretamente dos esquemas de compensação, e planos de mitigação devem atender especificamente às necessidades das mulheres. J. Bugriand R. King (no prelo) 'Gender Dimensions of Agricultural Investments [Dimensões de Gênero de Investimentos Agrícolas]: Estudos de casos de Gana', IIED, Londres; C. Wonani, W. Mbuta e A. Mkandawire (2012) 'Gender and Equity Implications of Land-Related Investments on Labour and Income Generating Opportunities [Implicações de Gênero e Igualdade em Investimentos Relacionados à Terra quanto ao Trabalho e Oportunidades de Geração de Renda]: Estudo de país, Zâmbia', relatório preliminar, junho de 2012, mencionado em B. Vorley, L. Cotula e M. Chan (2012) 'Tipping the Balance [Virando o Jogo]: Policies to shape agricultural investments and markets in favour of small-scale farmers', Oxford [Políticas para adequar os investimentos agrícolas e de mercados em benefício dos pequenos agricultores]: Oxfam.

⁹³ Ver, por exemplo, Nielsen (2012) 'The Global, Socially-Conscious Consumer' [O Consumidor Global, Socialmente Escrupuloso].

⁹⁴ Weber Shandwick (2012) 'Seventy percent of consumers avoid products if they dislike parent company, [Setenta por cento dos consumidores evitam produtos se eles não gostam da controladora, resultado de pesquisa da Weber Shandwick]', (último acesso, novembro de 2012). <http://www.prnewswire.com/news-releases/seventy-percent-of-consumers-avoid-products-if-they-dislike-parent-company-weber-shandwick-survey-finds-137559523.html>.

⁹⁵ <http://www.business-humanrights.org/UNGuidingPrinciplesPortal/Home>. Ver também Oxfam (2013) 'Business and Human Rights: Uma perspectiva da Oxfam sobre 'Princípios Norteadores da ONU', Oxford: Oxfam.

⁹⁶ No comentário, os Princípios da ONU também discorrem sobre a necessidade de os Estados oferecerem às empresas maior clareza das leis que regem o acesso e a posse da terra.

⁹⁷ FAO (2012), Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas no contexto da Segurança Alimentar Nacional <http://www.fao.org/docrep/016/i2801e/i2801e.pdf>.

⁹⁸ http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/1ee7038049a79139b845faa8c6a8312a/PS7_English_2012.pdf?MOD=AJPERES.

⁹⁹ Veja, por exemplo, Alana Wilson (2012) 'Peru's social conflicts about more than mining' [O Conflito social no Peru vai além da mineração], Fórum Fraser, Instituto Fraser, setembro/outubro de 2012.

¹⁰⁰ The Munden Project (2012) 'The Financial Risks of Insecure Land Tenure [Os riscos financeiros da insegurança da posse da terra]: an Investment View' [Uma visão de Investimento].

¹⁰¹ http://edition.cnn.com/2013/06/18/opinion/land-grabs-africa-mark-bowman/index.html?sr=sharebar_twitter.

¹⁰² <http://wwf.coca-colacompany.com/our-company/addressing-global-issues>.

¹⁰³ Nove das '10 Grandes' são membros do CGF – todas, exceto a ABF. <http://www.theconsumergoodsforum.com/membership.aspx>.

¹⁰⁴ R. Locke, T. Kochan, M. Romis, and F. Qin (2007) 'Além dos códigos de conduta corporativos: Work organization and labour standards at Nike's suppliers' [Organização e normas de trabalho nos fornecedores da Nike] International Labour Review, Vol. 146, (2007), nº 1–2.

¹⁰⁵ M. Nisen (2013) 'How Nike Solved Its Sweatshop Problem [como a Nike resolveu seu problema de exploração na fábrica]', Business Insider. <http://www.businessinsider.com/how-nike-solved-its-sweatshop-problem-2013-5>.

¹⁰⁶ <http://manufacturingmap.nikeinc.com/>.

¹⁰⁷ S. Butler (2013), 'As mortes na fábrica de Bangladesh desencadearam ação entre cadeias de vestuário de marca', The Observer, 23 de junho de 2013. <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/23/rana-plaza-factory-disaster-bangladesh-primark>.

¹⁰⁸ Esta e as outras recomendações específicas neste capítulo foram desenvolvidas tendo como referência normas internacionais reconhecidas, em especial, os Princípios Norteadores da ONU sobre Comércio e Direitos Humanos (UNGP) e as Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas no contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT).

¹⁰⁹ As avaliações deveriam desagregar os impactos sobre as mulheres, pois as mulheres são muitas vezes desproporcionalmente afetadas por questões de terra.

¹¹⁰ Participar de uma iniciativa de várias partes interessadas (MSI), ou mesmo obter uma certificação, não exime nenhuma empresa de suas responsabilidades individuais para resolver questões, certamente, por si só, não oferece nenhuma garantia de comportamento responsável por parte de qualquer empresa. MSIs apenas garantem que as empresas participam de um grupo de várias partes interessadas que pode orientar a sua política e sua prática, e pode ajudá-las a ficar responsáveis perante as partes interessadas, em particular as comunidades afetadas por suas ações.

¹¹¹ Incluindo a Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável, Mesa Redonda sobre a Soja Responsável e Bonsucro (açúcar). Ou, pelo menos comprometer aquelas das três que representam um volume estatisticamente significativo nas cadeias de suprimentos da empresa em questão.

¹¹² Governos e empresas têm diferentes papéis e responsabilidades relacionadas aos problemas descritos neste relatório. Empresas comerciais que fornecem commodities e possuem plantações têm grande influência no modo como a terra é adquirida e manejada. No entanto, os governos têm responsabilidade primordial de garantir que os direitos humanos básicos de seus cidadãos sejam protegidos. O ponto aqui é não confundir seus papéis, mas enfatizar as ações de apoio que as '10 Grandes' podem adotar.

© Oxfam International, outubro de 2013

Este artigo foi escrito por Jodie Thorpe. A Oxfam agradece a colaboração de Veronica Barbosa, Judy Beals, Conor Costello, Anna Coryndon, Simon Fischer, Kate Geary, Rafael Georges, Simone Lombardini, Duncan Pruet, Erinch Sahan, Hannah Stoddart, Irit Tamir, Simon Ticehurst, Monique van Zijl e Rachel Willshaw na realização deste trabalho. Este documento faz parte de uma série de artigos escritos para informar o debate público sobre questões de política humanitária e desenvolvimento.

Para mais informações sobre as questões levantadas neste estudo, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org.

Esta publicação está protegida pela lei de direitos autorais, porém o texto pode ser utilizado gratuitamente para fins de apoio, campanha, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada na íntegra. O detentor dos direitos autorais solicita que todos esses usos sejam registrados junto a ele para fins de avaliação de

impacto. Para cópias em quaisquer outras circunstâncias, reutilização em outras publicações ou tradução ou adaptação, deve ser obtida permissão, com a possível cobrança de uma taxa. E-mail policyandpractice@oxfam.org.uk.

As informações contidas nesta publicação estão precisas até o momento da impressão.

Publicado pela Oxfam GB para Oxfam Internacional sob ISBN XXX. Oxfam, GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido.

OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional de 17 organizações que atuam em rede em 94 países, como parte de um movimento global para mudança, visando construir um futuro livre da injustiça e da pobreza:

Oxfam EUA (www.oxfamamerica.org),
Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)
Oxfam Bélgica (www.oxfamsol.be)
Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)
Oxfam França (www.oxfamfrance.org)
Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)
Oxfam Grã Bretanha (www.oxfam.org.uk)
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)
Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)
Intermón Oxfam (www.intermonoxfam.org)
Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org),
Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)
Oxfam Japão (www.oxfam.jp)
Oxfam México (www.oxfammexico.org)
Oxfam Nova Zelândia (www.oxfam.org.nz)
Oxfam Novib (www.oxfamnovib.nl)
Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca)

Para mais informações, escreva para qualquer uma das agências ou visite o site: www.oxfam.org. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org.